Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 12456/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/7104/2015
PROTOCOLO	: 1589868
ÓRGÃO	: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATZAÇÃO
RESPONSÁVEL	: CARLOS ALBERTO DE ASSIS
CARGO DO RESPONSÁVEL	: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO
INTERESSADO	: JOÃO SIDNEI PENRABEL
ASSUNTO DO PROCESSO	: REFIXAÇÃO DE PROVENTOS
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

ATO DE PESSOAL. REFIXAÇÃO DE PROVENTOS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.

DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, do ato de refixação de proventos do Major BM RR João Sidnei Penrabel, matrícula n. 75354028, em razão do retorno, a pedido, para a Reserva Remunerada, constando como responsável o Sr. Carlos Alberto de Assis, Secretário de Estado de Administração e Desburocratização.

A Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio da Análise ANA-23704/2016, manifestou-se pelo registro da presente refixação dos proventos em comento.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR-MPC-GAB.4 DR.JOAOMJR/SUBSTITUTO-21747/2016, opinando favoravelmente pelo registro do ato em apreço.

DA DECISÃO

A documentação relativa a presente refixação de proventos resultou completa e sua remessa a este Tribunal tempestiva, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção II, da Instrução Normativa TC/MS n. 35, de 28 de novembro de 2012.

A refixação dos proventos de foi concedida por meio do Decreto “P” n. 1.216/2015, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul n. 8.884, de 19 de março de 2015, fundamentada no art. 7º c/c o art. 54, ambos da Lei Complementar n. 53/90, com redação dada pela Lei Complementar n. 127/2008, c/c o art. 42 da Lei n. 3.150/2005.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a refixação dos proventos de aposentadoria atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** do ato de refixação de proventos do Major BM RR João Sidnei Penrabel, matrícula n. 75354028, em função do retorno, a pedido, para a Reserva Remunerada, devido sua legalidade, nos termos do art. 34, II da Lei Complementar Estadual n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o art. 173, I, "b", ambos do RITC/MS;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o disposto no art. 50 da Lei Complementar n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande, 7 de dezembro de 2016.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

ejo